

Por uma outra crise da universidade a propósito de um ensaio de António Feijó e Miguel Tamen

José Neves

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea.

Autoria de dois professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, António Feijó e Miguel Tamen, *A universidade como deve ser* é um breve ensaio publicado em 2017 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e que não se furta à polémica. No olhar que projecta sobre o Ensino Superior em Portugal, quase tudo parece tomar a forma de um alvo à espera de ser criticado pelos autores, que assim procuram abrir caminho à construção de uma universidade alternativa à que hoje habitamos. Entre os problemas que o livro identifica como sendo definidores do estado das actuais instituições universitárias, há três que se destacam à nossa leitura: a secundarização das Humanidades em prol das Ciências Sociais, tendência que, manifestando-se num quadro de proliferação de saberes especializados, discutirei na primeira parte deste meu texto; a instrumentalização da universidade ao serviço da empregabilidade, o que os autores atribuem a um excesso de intervencionismo do Estado na vida académica, conforme discutirei num segundo momento; e a defesa da autonomia da universidade contra aquele intervencionismo, ponto que abordarei na terceira parte do texto, na qual procurarei ainda apontar à necessidade de uma outra crítica da universidade. É que, apesar de eu partilhar algumas das preocupações veiculadas por Feijó e Tamen, nas linhas que se seguem procurarei, fundamentalmente, contribuir para a crítica do seu ensaio. As razões para esta crítica são diversas, como o leitor poderá ir verificando ao correr das páginas que se seguem, mas, somadas, apontam à formulação da seguinte hipótese geral: ao contrário do que Feijó e Tamen pretendem, o seu ideal de universidade será menos a promessa de uma outra universidade do que um elemento constituinte da universidade que temos.

Da crítica das ciências sociais ao elogio das humanidades

«A primeira coisa que há a dizer é que este não é um livro de ciências sociais» (p. 9). Recusando emprestar a sua voz a um discurso que seria típico daquelas,

António Feijó e Miguel Tamen começam por dizer ao que o seu livro não vem. A recusa é consentânea com o ideal de universidade que pretendem afirmar, uma universidade que preconize modos de conversação que tenham por matriz as Humanidades. Segundo os autores, as Ciências Sociais medram a par de outros tantos saberes que, de tão especializados, falham a compreensão do humano. Tendo a dizer pouco mais do que aquilo que os seus dados as autorizam, a bondade das Ciências Sociais reduzir-se-á à possibilidade de auxiliarem as políticas públicas do momento (p.9).

Como exemplo paradigmático da universidade alternativa que idealizam, Feijó e Tamen mobilizam uma experiência minoritária, de cuja realização foram responsáveis: uma licenciatura de Estudos Gerais, ponto de confluência entre as Artes, as Humanidades e as Ciências¹. Acerca do processo de criação dessa licenciatura, consumado em 2011 na Universidade de Lisboa, fazem um relato que sobreleva as resistências do meio académico a tamanha inovação curricular. Essas resistências, uma vez vencidas, terão permitido ao saber universitário superar os limites que as tendências de especialização lhe vêm impondo, superação de que Feijó e Tamen tiram consequências científicas, mas também cívicas: numa dada passagem, os autores anotam criticamente que «saber poucas coisas sobre um problema é o que permite ter opiniões decisivas sobre a maneira de o resolver – autoritarismo e especialização são noções que mutuamente se reforçam» (p.23).

Este grito de alerta para o risco de uma combinação viciosa entre especialização e autoritarismo merece certamente que dele façamos eco. Em tal risco incorrem a nostalgia de um passado salazarista, a que os autores apontam bem o dedo, mas também desenvolvimentos recentes das democracias liberais (p.22). Também a crítica dos autores à instrumentalização das Ciências Sociais enquanto ferramenta ao serviço de políticas públicas é merecedora da nossa concordância, porque, se é verdade que vários cientistas sociais tendem a argumentar contra a instrumentalização da ciência por interesses económicos privados, mais indulgentes serão na hora de fazerem a crítica dos usos estatais

¹<https://www.letras.ulisboa.pt/pt/cursos/licenciaturas-1-ciclo/estudos-gerais>Link curso estudos gerais. (Acesso disponível em 30 de abril de 2019).

do saber². E, contudo, se faço minhas estas preocupações manifestadas pelos autores do ensaio, deste acabo por divergir em tantas outras matérias, como se aclarará já de seguida.

Continuemos a olhar para o caso da licenciatura de Estudos Gerais. Procurando contrariar o confinamento próprio dos saberes periciais e profissionalizantes – que inspirarão a maioria dos cursos que a universidade de hoje nos oferece, na sua busca de um tudo-saber-sobre-alguma-coisa-em-particular –, dizem Feijó e Tamen que a missão daquela licenciatura reside em promover o «acesso a todos os domínios do saber», fazendo assim prova de uma largueza de vistas que contrastará com a suposta estreiteza do cientista social e do especialista em geral (p.23). Mas será que uma tal missão chegará a constituir uma alternativa à ideia de conhecimento hoje vigente na universidade? A montante do impulso que leva aos Estudos Gerais, não persistirá uma ideia de conhecimento enquanto resolução de problemas, mais do que prática de problematização? Não faltará certamente quem seja atraído pela promessa de um saber grandioso na sua completude, um saber cuja posse lhe faça senão rir dos pequenos quintais de especialidade de que cada condição profissional se faz soberana. E também não faltará quem se aventure a caminhar em direcção a um saber que deixe para trás das costas o paroquialismo desse “país real” que as políticas públicas e o cientista social reivindicam como sua propriedade. Contudo, esta aventura e aquela promessa não parecem debilitar uma das forças de atracção que mais tem animado a universidade de hoje, instituição que os autores tanto querem transformar: a força da atracção por uma imagem do conhecimento enquanto um continente que jaz à espera de ser descoberto e apropriado. Feijó e Tamen poderão não ter do conhecimento aquele entendimento parcelar que a divisão do trabalho académico vem promovendo, ou tão pouco a concepção especializada que a formação profissional requer, mas a sua ideia de conhecimento diferencia-se de tal entendimento e concepção apenas em função da maior dimensão do objecto de que presumem ocupar-se.

Da proximidade dos autores à ideia de conhecimento norteadora da universidade, ressentem-se igualmente o modo de os mesmos configurarem o

² No caso português, esta situação implica-se e é implicada pelo modo como, tendencialmente, os cientistas sociais tendem a situar-se em relação ao período da ditadura do Estado Novo. Veja-se, a este respeito: Frederico Ágoas (2019), «Governo, ditadura e ciências sociais: o caso português», in *Tempo Social*, 31(1), 263-276.

sujeito produtor de conhecimento. Na hora de delinearem os contornos que identifiquem a figura de um tal sujeito, Feijó e Tamen não se socorrem de um exemplo tão concreto como a licenciatura de Estudos Gerais, que vimos ser definidora do seu objecto de conhecimento ideal, mas, em certas passagens do seu livro, há uma ideia de sujeito que ainda assim se perfila. É o caso, nomeadamente, quando os autores argumentam que a existência de unidades de investigação é incompatível com o desenvolvimento das próprias Humanidades. De acordo com a sua argumentação, a prática das Humanidades, sendo uma iniciativa de foro individual, não seria susceptível do enquadramento colectivo da actividade científica que será propiciado pelas unidades de investigação (p.30). Assim, se o objecto do conhecimento idealizado pelos nossos autores é delimitado pelo triângulo Ciências, Humanidades e Artes, é ao indivíduo que atribuem a responsabilidade de aceder a esse conhecimento.

Esta defesa de um modelo individual de investigação em Humanidades guarda razões conhecidas. Os hábitos do trabalho disciplinar em Ciências Sociais e em Ciências Naturais impõem frequentemente uma reunião de esforços individuais, menos premente se pensarmos na tradição das Humanidades; por exemplo, a investigação em torno do busão de Higgins ou a realização de um inquérito sobre os hábitos de leitura da população portuguesa não é empresa de um só. E também é certo que a defesa de um tal modelo individual de investigação pode bem ser entendida enquanto forma de valorização da dimensão autoral do trabalho intelectual. No entanto, daqui nem por isso decorre que a prática das Humanidades exija uma individualização da actividade académica. Sendo possível considerar que as dinâmicas de grupo de algumas unidades de investigação exprimem a vontade de uma chefia que lidera – de forma deliberada ou não, de modo consentido ou autoritário – os que lhe sejam subordinados, os constrangimentos à iniciativa individual que daqui resultem serão menos efeito de uma organização grupal do trabalho do que de formas específicas de poder por que essa organização se estruture. A singularidade autoral e a autonomia criativa não têm que ser estimuladas apenas por uma via individualizante.³

³ Por certo que o que aqui nos separa dos autores não radica apenas em diferenças de pendor analítico, mas também numa distância de natureza político-ideológica. Para situar a minha posição, remeto, por exemplo, para a introdução de *A Política dos Muitos – Povo, Classes e Multidão* (coordenação de Bruno Peixe Dias e José Neves, Lisboa, Edições Tinta-da-china, 2010).

Acresce ainda que os termos por que Feijó e Tamen esboçam a sua alternativa às dinâmicas de grupo das unidades de investigação – e que passaria por deixar a agenda de investigação nas mãos dos departamentos, retirando de cena não apenas as unidades de investigação, mas também a agência estatal de financiamento, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) – tão pouco parecem garantir uma tal singularidade e autonomia. Porque o risco de constrangimento da autonomia do doutorando – figura a que voltarei no final deste texto – não se ausenta em presença de uma relação mais imediata com o seu orientador, promovida por um doutoramento enquadrado no seio de um departamento de faculdade, tal como preconizado pelos dois autores. De resto, nas circunstâncias actuais, muitos doutorandos dependem não apenas da unidade de investigação a que o seu projecto de doutoramento está associado, como também do departamento de faculdade que lhe confere o grau. A importância que Feijó e Tamen atribuem à diferença entre departamentos de ensino e unidades de investigação – consideradas mais afectas à FCT do que às próprias universidades de que fazem parte – parece-nos, pois, excessiva.⁴

Mas prossigamos a leitura do ensaio, agora observando a crítica que os autores dirigem à conversão da universidade em factor de empregabilidade. Também aí *A universidade como deve ser*, elegendo um alvo que entendo ser merecedor de ataque, acaba por falhar o tiro. Como procurarei argumentar nos parágrafos seguintes, se Feijó e Tamen visam criticar a subordinação da universidade ao critério de empregabilidade, acabam em grande medida por perseguir um outro alvo, o Estado, que tomam enquanto único factor de uma tal subordinação. E, de tantas responsabilidades assacarem ao Estado, acabam por deixar incólume um outro – e não menos poderoso – factor da conversão da universidade ao desígnio da empregabilidade: o sector empresarial privado, que também procura fazer da universidade um seu parceiro, no contexto das suas dinâmicas de recrutamento e mobilização de recursos laborais humanos.

Da crítica da empregabilidade ao elogio da universidade

⁴ Atrevemo-nos a supor que a força da oposição entre departamentos de ensino e unidades de investigação resiste dificilmente a uma observação empírica que verifique, por exemplo, se os professores que ocupam lugares de maior poder no interior dos respectivos departamentos não são aqueles que, enquanto investigadores, tendem igualmente a deter posições de maior poder no interior das unidades de investigação.

Ao Estado, os autores acusam de ingerência na autonomia das universidades e de lhes impor o desígnio da empregabilidade, fazendo depender a abertura de uma nova licenciatura das saídas profissionais que se garanta aos futuros licenciados (p.10). Ao Estado, responsabilizam por interditar ao aluno a possibilidade de traçar o seu percurso académico independentemente da sua empregabilidade, assim negando o princípio da auto-determinação do estudante e assim presumindo a necessidade do próprio Estado enquanto figura tutelar (p.19). Ao Estado, os autores atribuem a vontade de regular assimetrias e a livre competição entre instituições (p.15), assim como a intenção de alimentar a obsessão pela obtenção de um vínculo à função pública (p.17). Ao Estado, imputam uma pulsão autoritária veiculada pela utopia de uma sociedade de pleno emprego (p.16). Ora, se é premente a necessidade de libertar a vida académica do fardo da empregabilidade, e se é aconselhável prescindir de uma concepção necessariamente benigna ou de um entendimento puramente instrumental do Estado moderno, nem por isso é forçoso aderir à mundivisão estatofóbica que parece inspirar os autores. Um inquérito crítico ao Estado moderno, devendo considerá-lo um actor dotado de autonomia, não pode evitar a análise de comportamentos estatais específicos, nem deve reduzir estes à expressão de uma essência funcional de qualquer tipo, indiferente ao tempo e espaço da sua circunstância histórica e social. É uma tal redução que se opera quando Feijó e Tamen escrevem que «o Estado que legisla sobre formas únicas de contratação de professores é o Estado que decide a ortografia que se deve utilizar, que durante muito tempo determinou o número de farmácias ou de táxis que podem existir numa cidade, e que promoveu, aliás sem grande sucesso, aquilo a que chama de valores de cidadania, que considera que todos os seus súbditos devem conhecer e se possível partilhar; é o herdeiro apenas mais inofensivo do Estado que teve o monopólio do comércio de escravos durante cem anos, que proibiu as ordens religiosas, expulsou os judeus e concessionou partes do Brasil» (p.87).

Este furor anti-estatal da crítica que Feijó e Tamen dirigem à universidade de hoje terá por efeito a invisibilidade de outros factores adversos igualmente ao ideal de universidade que declaram ambicionar. Este ideal obedece a um imperativo segundo o qual «a universidade não deve visar fins úteis» (p.23), imperativo de que decorre a crítica dos autores à afirmação da instituição como meio de empregabilidade, mas um imperativo que os mesmos logo relativizam

ao alegarem a sagacidade do empresariado cuja opinião avalizou a criação da licenciatura de Estudos Gerais. Com efeito, e são Feijó e Tamen que o testemunham, a dada altura do processo de criação daquela licenciatura, quinze pessoas do mundo empresarial reuniram-se e «explicaram pacientemente entre pareceres circunstanciados aos órgãos cépticos da nossa universidade que o que os empregadores pretendiam era pessoas com talentos gerais que podem ser usados e treinados de muitas maneiras: pessoas que soubessem pensar, ler estatísticas, avaliar argumentos, e exemplificar ideias: e também queriam pessoas que fossem capazes de ter ideias» (p.42). À luz deste testemunho, dir-se-ia que o ensaio de Feijó e Tamen, mais do que esboçar uma alternativa à rendição da ideia de universidade ao desígnio da empregabilidade, concorre para a crítica à inadequação da universidade de hoje ao perfil de mão-de-obra procurado por uma parte do sector privado; e é a própria defesa da autonomia do indivíduo, inspiradora da crítica dos autores à regulação estatal da oferta curricular, que assim acaba enfraquecida. Ou seja, se Feijó e Tamen empreendem a defesa da liberdade do indivíduo contra a ingerência do Estado, nem por isso evitam que esse mesmo indivíduo seja exposto ao uso de um interesse económico privado. Será em congruência com esta situação que se compreenderá o facto de o ensaio em análise ser mais lesto a alimentar a crítica do monopólio estatal do comércio de escravos do que a censurar o comércio de escravos propriamente dito...

Além de negligenciar os riscos de uma crescente articulação entre as necessidades empresariais de qualificação de recursos humanos e a formação educativa facultada pelas universidades, a concepção de Estado veiculada pelos autores tem ainda outros efeitos de invisibilidade que suscitam menção da minha parte. Ao presumirem que o Estado é um sujeito institucional cuja prática é simplesmente determinada pelo interesse próprio da instituição e por uma sua essência pública, a mira crítica dos autores deixa por visar outras formas de relação académica entre a lógica pública do Estado e lógicas empresariais privadas. Com efeito, a par dos incentivos estatais à chamada transferência do conhecimento das universidades para a sociedade, têm proliferado incentivos estatais à transferência de conhecimento para o tecido empresarial privado, incentivos de que o projecto do governo português de criação de Agendas

Temáticas de Investigação e Inovação é o mais recente catalisador⁵. Esta apologia da transferência de conhecimento tem vindo a pautar (e a ser pautada por) uma crescente indistinção entre o que se entende por aplicação social do conhecimento e o que se entende por aplicação económica, indistinção que tem ganho crescente evidência conceptual, discursiva e política. A um nível micro, veja-se o caso da emergência de conceitos como “rentabilidade social” no léxico de avaliação por pares em sede de FCT. Por sua vez, a um nível macro, atenda-se à consolidação de um nacionalismo científico, de base mais cultural ou mais tecnológica, que tem procurado promover a permeabilidade do tecido empresarial ao conhecimento universitário, de modo a atrair investimento estrangeiro e garantir uma maior competitividade das exportações nacionais – isto na senda de uma modernização da *economia portuguesa*, entidade em cuja simples formulação se tornam indistintos interesse público e interesse privado. Contrapondo-se à ideia da universidade enquanto Torre de Marfim, este desígnio de *modernização* reclama por uma abertura da vida académica a dinâmicas sociais e económicas que lhe serão exteriores. Esta vontade de abertura tem sido manifestada em apelos a um maior engajamento cívico da universidade, mas, sobretudo, pela promoção de uma maior aproximação entre o mundo académico e o universo empresarial. Tendo vindo a ganhar maior expressão nas políticas governativas, a necessidade de uma tal aproximação tem vindo igualmente a ser respaldada por estudos que têm incidido sobre o papel da ciência e tecnologia na economia. Veja-se trabalhos de fundo como os do economista Manuel Mira Godinho, que apontam a uma economia da inovação que avalie o retorno do investimento em ciência e tecnologia, ou os estudos de caso desenvolvidos no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, ao longo das últimas duas décadas, por Manuel Heitor, actual ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior⁶.

O processo de aprofundamento destas tendências não está, contudo, isento de contradições. Se assistimos a uma progressiva subordinação do financiamento público da investigação a critérios de avaliação de natureza não-científica,

⁵ <https://www.fct.pt/agendastematicas/index.phtml.pt>. (Acesso disponível em 30 de abril de 2019).

⁶ Manuel Mira Godinho (2013), *A Inovação em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos; Manuel Heitor et al. (1997), «Valorização de Actividades de I&D no Processo de Inovação Industrial», in *Documenta*, 2, (Feb. 97), 68-79.

estabelecidos em programas como o H2020 (ou, mais recentemente, e com um grau de mediação académica ainda menor, os objectivos da agenda 2030 da ONU), a ideia de universidade enquanto um fim em si mesmo permanece motivo de elogio das instituições académicas, na hora de conceberem uma imagem de si. A partir do que nos mostraram estudos como os de Rui Santiago, a produção desta imagem aparece marcada pela seguinte ambivalência: as universidades tendem a apresentar-se enquanto instituições que produzem conhecimento útil, por este entendendo-se o conhecimento que seja susceptível de ser aplicado social e economicamente, mas igualmente se tomam por instituições que cultivam um saber desinteressado, subtraído a princípios de utilidade e entregue ao jogo do conhecimento pelo conhecimento⁷.

Do mesmo modo, verifica-se que a agenda de gestão e governo das universidades, vindo a determinar mais e mais actividades de comunicação e marketing académico em que a produção de conhecimento é subordinada aos desígnios da empregabilidade e da utilidade social, nem por isso tem deixado de cultivar um sentido da universidade enquanto corpo à parte, sentido próprio de concepções mais elitistas da cultura. O discurso de boas-vindas aos alunos elaborado pelo director da faculdade em que eu próprio trabalho é um exemplo banal, mas também por isso indiciador, da tendência da universidade de hoje para fundamentar a sua existência numa dupla natureza: «A NOVA FCSH cultiva a liberdade de pensar e a reflexão crítica, atitudes fundamentais na formação do cidadão informado, responsável e preparado para o exercício das suas actividades profissionais e para a complexidade e dinâmica das sociedades atuais»⁸. Procurando atrair alunos ao seu domínio, a universidade de hoje oferece-se para contribuir para a produção de uma subjectividade estudantil informada crítica, cultural e civicamente, mas também para fornecer ao mercado laboral sujeitos com tais características manufacturados e ou seleccionados.

Em suma, a ideia da universidade enquanto um *bem* tende hoje a conviver com a ideia de universidade enquanto *mercadoria*, não havendo diferença de maior entre o zelo pelo *bom nome* da instituição e o cuidado da sua *imagem de marca*. Há uma prática de auto-valorização da universidade que passa pela invocação

⁷ Rui Santiago et al. (2013), «As universidades portuguesas na senda da investigação empreendedora: onde estão as diferenças?», in *Análise Social*, 208, xlviii (3.º), 594-620.

⁸<http://fcsh.unl.pt/faculdade/mensagem-do-director/mensagem-do-director>. (Acesso disponível a 30 de abril de 2019).

de um seu valor económico – como se de uma *mercadoria* se tratasse – e pela celebração de um seu estatuto tanto mais cultural quanto economicamente inalienável – um *bem*. A montante da concepção da universidade como mercadoria e da concepção da universidade como um bem encontramos, pois, uma mesma política de hipervalorização identitária – a *marca* e o *nome* – da instituição académica.

Autonomia e abertura da universidade

Os diagnósticos da actual situação da universidade portuguesa têm sido pouco sensíveis à ambiguidade que procurei situar nos parágrafos anteriores. Esses diagnósticos acentuam, em regra, uma de duas tendências. Por um lado, tomando a forma de um grito de alerta, apontam a uma *crise* da instituição e exortam ao regresso a uma ideia de universidade enquanto fim em si mesmo, uma entidade ciosa da sua autonomia e soberania. Este alerta toma por vezes uma feição nostálgica, laudatória da universidade portuguesa do *antigamente*; outras vezes, é proclamado contra a expansão do chamado neoliberalismo e o devir mercadoria da instituição; outras vezes ainda, o grito de alerta abre caminho à proposta de uma alternativa inspirada na tradição norte-americana dos *Liberal Arts colleges*, como sucede no ensaio de Feijó e Tamen. Por outro lado, é igualmente recorrente um tipo de diagnóstico do estado da universidade que, rejeitando a ideia de uma crise da instituição universitária, trata de elogiar projectos que visam uma sua *modernização* – abrindo as suas portas a outros agentes, como as empresas.

Ora, do meu ponto de vista, a oposição entre ambas as tendências – uma reivindicando autonomia e outra reclamando abertura – antes constitui uma tensão que anima a actual situação da universidade, como se esta procurasse posicionar-se *à parte da economia e da sociedade de que pretende igualmente participar*. Como tal, a crítica da universidade actual não poderá limitar-se a tomar partido por uma das tendências, mas deverá visar ambas em simultâneo. Será pelo menos assim para uma crítica da universidade actual que não pretenda ficar refém nem do interesse (vulgo) corporativo da universidade nem dos interesses próprios do governo da nação e das empresas privadas, entidades externas à universidade que tratam de a mobilizar em proveito da sua agenda. Mais do que identificar (celebrando-a ou censurando-a) a passagem de um paradigma de universidade pensada enquanto actor cultural para um

paradigma de universidade concebida enquanto agente social ou económico, tal crítica deve começar por atender à contemporaneidade – a um tempo contraditória e colaborativa – de ambos os paradigmas.

De resto, quanto ao seu potencial analítico, tanto a ideia de abertura da universidade ao exterior como a ideia de autonomia da universidade em relação ao exterior, se nos permitem diagnosticar certas tendências da vida universitária actual, invisibilizam outras.

Por exemplo, o discurso modernizador e promotor de abertura da universidade, ainda que cultive uma concepção de ciência enquanto actividade em si mesmo apreciável, tende a ser pouco sensível à importância que a curiosidade intelectual e a vontade de investigar assumem na produção académica. Afirmando que o investimento público em ciência e tecnologia não tem obtido o retorno económico que lhe seria devido, tal discurso tem estimulado (e se legitimado) através de dispositivos de mensurabilidade insensíveis à subjectividade dos cientistas envolvidos no processo de produção académica. Esta insensibilidade manifesta-se duplamente: a montante da produção, uma vez que o sistema científico português está longe de ser resultado exclusivo do investimento público ou do investimento empresarial privado, pois que uma parte da energia que o alimenta resulta de esforço privado familiar ou pessoal, esforço desenvolvido em consequência do regime de precariedade em que esse sistema em parte tem assentado; e insensível também a jusante do processo, na medida em que a economia da ciência e da inovação tende a secundarizar o retorno de bem-estar e satisfação que o trabalhador possa retirar da própria actividade científica, independentemente da insatisfação que possa manifestar a respeito da situação profissional em que se encontre⁹.

É certo que os próprios estudos económicos sobre a ciência e a inovação reconhecem, por vezes, os limites das operações de avaliação que empreendem. Na sua prática auto-reflexiva, o economista Manuel Mira Godinho, que tem sido autor de vários desses estudos, submerge os resultados de tais avaliações num mar de incertezas: «apesar das possibilidades existentes, cremos que apenas

⁹ Neste sentido apontava o inquérito à precariedade na FCSH realizado pelo Núcleo de Bolseir@s, Investigador@s e Gestor@s de Ciência da FCSH/NOVA. O inquérito não se encontra disponível. O autor deste texto assistiu à apresentação do mesmo no encontro Ciência e Trabalho Científico: Inquérito à Precariedade na FCSH, que teve lugar nesta faculdade, a 13 de dezembro de 2017.

parcial e lentamente se encontrará resposta para a importantíssima questão teórica e prática de como medir o conhecimento relevante para fins económicos e sociais. Na verdade, a natureza intangível do objecto implica que a sua quantificação permaneça um objectivo fugaz».¹⁰ Contudo, um dos diagnósticos mais recentes que o mesmo economista elaborou em torno do investimento em I&D em Portugal estabelece já, como grande desafio futuro, «a sustentabilidade dos avanços registados ao longo das últimas décadas, designadamente na capacidade de transformação dos investimentos em I&D em impactos mais palpáveis (não só publicações científicas como patentes, competitividade, crescimento, criação de emprego, etc.)», acrescentando: «Portugal tem um desempenho muito superior nas fases a montante (recursos, condições) que nas fases a jusante (processos, resultados), mais próximas da aplicação, do mercado e da criação de riqueza e bem-estar»¹¹.

Quanto ao discurso da *crise* da universidade, também ele acaba por revelar pouca sensibilidade a alguns dos factores subjectivos que animam a vida académica. Atente-se ao modo como Feijó e Tamen lidam com a subjectividade estudantil. Apesar de reivindicarem a necessidade de colocar a autodeterminação do sujeito (do estudante) no âmago da missão da universidade, acabam por subordiná-la ao interesse da própria instituição. É o que sucede quando lamentam a perda de um sentimento de «lealdade» do aluno «para com a sua universidade», perda que, segundo os autores, seria evidenciada pelo facto de os estudantes optarem por uma dada licenciatura em função das expectativas de saída profissional que a mesma acalente e não em razão da universidade que a promove (p.50), como se um estudante não pudesse optar por frequentar uma licenciatura em função da própria paixão que uma área disciplinar lhe suscite. A autodeterminação do sujeito estudantil redonda assim secundarizada e não apenas em face dos interesses económicos públicos ou privados, mas, também, dos interesses da própria instituição universitária. De resto, a universidade de hoje tem uma e outra vez convidado o estudante a vestir a camisola da instituição, seja esse convite elaborado pelos *Dux veteranorum* ou pelos próprios dirigentes universitários. A Universidade

¹⁰ Manuel Mira Godinho (2007), «Indicadores de C&T, inovação e conhecimento: onde estamos? Para onde vamos?», in *Análise Social*, vol. XLII (182), p.258.

¹¹ Manuel Mira Godinho (2013), *A Inovação em Portugal*, p.49.

Nova de Lisboa é desde 2012 proprietária da marca «NOVA UNIVERSITY», uma linha de merchandising que inclui «artigos como t-shirts, hoodies, zip hoodies, uniformes desportivos e artigos de papelaria», à venda na «Loja da Universidade», «com o carimbo NOVA UNIVERSITY, que pretende criar nos alunos um sentimento de pertença relativamente à Instituição». Trata-se do mesmo objectivo de que a praxe se reclama. Manifestando o poder de distinção social e cultural associado à frequência da universidade, a praxe dá viva voz, por múltiplos cânticos, ao tipo de slogan publicitário por que as universidades se vendem ao mundo; além de elementos de cariz sexista e outros, o discurso praxista é pautado por elementos de publicidade a uma dada marca académica, referente a uma universidade, a uma faculdade ou a uma licenciatura.

A dificuldade que se coloca a uma crítica da universidade de hoje é, insisto, dupla. Não basta tomar o partido da universidade como um bem ameaçado pelas dinâmicas de mercadorização e juntar a voz à defesa da universidade como um reduto cultural cuja superioridade estaria ameaçada. Esta alegada ameaça tem suscitado, sobretudo, dois tipos de reacções, ambas insatisfatórias: por um lado, uma denúncia de uma alegada degradação da qualidade do ensino e dos alunos de hoje; por outro lado, e em sentido contrário, reproduzem-se os elogios ao aumento da quantidade de estudantes universitários, desenvolvimento tido como um facto que seria, em si mesmo, compensador daquela alegada degradação qualitativa.

Notas finais

A universidade como deve ser procura pôr a instituição universitária a salvo da tendência para a sua alienação a finalidades sociais e económicas que a instrumentalizarão. Tanto a crítica da instrumentalização estatal das Ciências Sociais como a crítica da subordinação da política de ensino das universidades a critérios de empregabilidade são exemplo de tal tentativa. Não pretendo, com este texto que agora concluo, desvalorizar o esforço crítico de Feijó e Tamen, um esforço cujo sentido romântico aprecio e que ganha forma de tese quando ambos escrevem, a respeito da empregabilidade: «Ao ser tomada como virtude abstracta de qualquer actividade que a assegure, a empregabilidade igualiza toda e qualquer actividade, e obscurece a diferença de valor que diferentes formas de trabalho humano possam ter para quem as pratique» (p.18).

Distancio-me dos autores, sim, porque a sua crítica à universidade se revela por demais tributária de uma concepção inconfessadamente humanista e individualista da vida e do mundo. Uma concepção que se presume ideologicamente inocente, mas que nem por isso deixa de impor ao conhecimento tantos constrangimentos quanto aqueles que lhe são determinados pelo discurso que apela a uma sua utilidade social: onde este último discurso institui o conhecimento da sociedade como meta da universidade, aquela concepção humanista e individualista atribui à universidade a missão de empreender a descoberta do homem pelo homem. Dito de outra forma: se as Ciências Sociais assumem o conhecimento enquanto missão que qualifique a reforma da sociedade, assegurando a construção e reprodução desta última, as Humanidades pretendem tornar o homem e a humanidade possíveis, fazendo-os conhecer a sua essência e desenvolver as suas potencialidades. Mais do que factores de problematização, as Ciências Sociais e as Humanidades surgem aqui, ambas, enquanto instrumentos de resolução de problemas, as primeiras contribuindo para a resolução das questões sociais, ou simplesmente da *questão social*, e as segundas visando superar uma outra crise, já não social, mas do indivíduo alienado de si mesmo. O ponto de vista dos autores prende-nos a um programa que não difere daquele que a universidade das ciências e dos saberes especializados – a universidade de hoje – faz seu: encontrar soluções para problemas, falemos de soluções políticas que pretendam responder a problemas sociais, falemos de soluções profissionais que respondam a problemas económicos ou falemos de soluções humanistas que respondam ao problema do homem e do indivíduo.

É como se a universidade de hoje fosse, a um só tempo, uma instituição de formação e qualificação da força de trabalho, de apoio à sustentabilidade e reprodução da sociedade e, ainda, um dispositivo de configuração do moderno homem liberal. Sendo que a hipótese desta simultaneidade de funções pode ser formulada, também, a partir de algumas aproximações historiográficas ao processo de crescimento do ensino superior. Refiro-me, nomeadamente, a estudos que entendem o processo de massificação como sendo também um processo de multiplicação da forma indivíduo. Como a tradição foucauldiana dos estudos sobre governamentalidade vem sugerindo, o moderno Estado liberal mantém uma relação a um tempo totalizadora e individualizante com a

população.¹² Um dispositivo como o bilhete de identidade, na medida em que atribui e requer a cada pessoa um número próprio e um nome próprio, permite, por um lado, a contagem do total populacional e, por outro, a individualização de cada um dos membros dessa mesma população. Ora, no quadro da escola e da universidade, outros dispositivos têm desempenhado função semelhante. O historiador Jorge Ramos do Ó, nos vários textos em que tem contribuído para a história da educação e das políticas educativas no Portugal Contemporâneo, tem mostrado, por exemplo, que a introdução no espaço de aula de um dispositivo como o caderno diário deve ser vista nesta mesma ambivalência: as folhas do caderno são o espaço onde o aluno transcreve o que o docente transmite oralmente a si e aos restantes colegas, mas a escrita de cada aluno é já uma experiência de individualização intelectual¹³. A via universitária pode assim ser vista como mais uma etapa de um processo que Helena Cabeleira descreve, na sua tese de doutoramento em torno da história da imprensa estudantil académica em Portugal, enquanto um processo de massificação das diferenças.¹⁴ Cada novo frequentador da universidade de hoje constitui-se, a um tempo, um novo vector de qualificação da população e do mercado laboral e um sujeito autor do seu próprio destino, sendo a construção de um CV, justamente, uma das tarefas em que ambas as dimensões se encontram.¹⁵ Podemos, então, pensar a universidade de hoje, antes de mais, como uma instituição charneira do processo de produção de capital humano, por este designando nós um processo de apropriação capitalista cuja dinâmica de expansão e intensificação não conhecerá limites, mas também um processo de *humanização* do capital, como se o tempo de vida entregue ao trabalho recuasse na medida em que o tempo da escola se prolonga pelos anos de universidade. Esta tensão percorre

¹² Veja-se a este caso os estudos Jorge Ramos do Ó para a história da educação em Portugal.

¹³ Ver: Jorge Ramos do Ó (2003), *O Governo de Si Mesmo: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do século XX)*, Lisboa, Educa; Jorge Ramos do Ó (2014), «Governamentalidade, tecnologias do eu e a história da escola», in *Análise Social*, n.212, 738-741.

¹⁴ Helena Cabeleira (2013), *O artista enquanto aluno: ensino artístico, práticas culturais e concepções de si na imprensa académica da Universidade de Lisboa:1878-2007*, tese de doutoramento em História da Educação, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

¹⁵ José Nuno Matos (2015), *O operário em construção: do empregado ao precário*, Lisboa, Le Monde Diplomatique. *Deriva Outro Modo*, Cooperativa Cultural, pp.198-199.

diferentes aspectos da vida académica, como intui o estudante de doutoramento, a um tempo atraído à figura de autor da sua própria tese, fazendo da sua escrita uma prova de individualidade, e pressionado a fazer de si um número da série de doutorados contabilizados como *output* da respectiva universidade.

Termino onde comecei. E comecei este texto atendendo à crítica que Feijó e Tamen dirigiram às Ciências Sociais, visando a propensão destas para a objectivação, assim como a sua pretensão à posse de um conhecimento que as irmanaria às Ciências Naturais. Simpatizo com essa crítica, mas, na hora de concluir estas notas de leitura, não resisto a recomendar aos dois autores a possibilidade de fazerem bom uso daquela mesma propensão. Não se trata aqui de solicitar a Feijó e Tamen que elaborem um estudo sobre a universidade que cumpra os critérios de cientificidade a que estaria eventualmente obrigada uma sociologia da universidade, mas de sugerir uma prática de objectivação a que os cientistas sociais, de quando em vez, se obrigam: a objectivação de si mesmos. Muitas das vezes, os cientistas sociais entregam-se a esta prática como se a mesma implicasse simplesmente a realização de um exercício preparatório de uma dada investigação, a qual presumem estar tanto mais próxima de revelar a verdade do objecto de conhecimento quanto mais imunizada estiver à subjectividade do cientista que produz esse conhecimento; todavia, a objectivação de si pode ser entendida não apenas como um meio e, também, enquanto um fim das próprias Ciências Sociais, entendidas aqui e agora como uma prática de conversação tão positivamente *inútil* como as ditas Humanidades. Se esta objectivação de si induzir ao desencantamento do nosso próprio eu, ela pode mesmo constituir-se uma prática de subjectivação que nos vacine contra o ensimesmamento em que redundo o ensaio de Feijó e Tamen. Ensimesmamento porque a celebração das Humanidades em detrimento das Ciências Sociais, tal como promovida pelos autores, é por demais o reflexo do contentamento dos próprios com o seu percurso e respectivos feitos. A situação em que dois professores catedráticos de literatura de uma faculdade de letras fazem o elogio das Humanidades não deve muito à surpresa. E o facto de Feijó e Tamen atribuírem um estatuto exemplarmente positivo – e tão central na economia do seu texto – a uma licenciatura impulsionada por Feijó e Tamen recorda-nos como a espécie académica é particularmente dada a efeitos narcísicos.

De resto, outros momentos do ensaio em discussão igualmente acusam de sobremaneira – mas não confessadamente – a posição particular que Tamen e Feijó ocupam no espaço académico. Essa posição, acrescente-se, não consiste apenas na sua condição de catedráticos das Letras, mas de gestores que governam a economia e a vida universitárias, sendo Feijó actualmente vice-reitor da Universidade de Lisboa e tendo Tamen sucedido a Feijó na direcção da Faculdade de Letras da mesma universidade. As medidas de defesa de autonomia da universidade que ambos tratam de reivindicar no ensaio em debate coincidem, não raras vezes, com a promoção do poder de mando do gestor, visando diminuir a sujeição deste ao controlo externo à universidade, mas também visando aumentar o seu poder de sujeitar ao seu comando quem habite o interior da instituição.

Assim, na busca da sua soberania, o gestor, por um lado, ataca os constrangimentos legais e administrativos que o Estado lhe determina: a nível do direito de contratação, Feijó e Tamen lamentam não ter a possibilidade de escolherem quem por bem entendem, fustigando regras como as que estabelecem a necessidade de uma maioria de membros externos na composição de um júri de concurso de contratação (p.80), assim como reivindicam que concursos para as categorias de Associado ou Catedrático sejam fechados a candidatos que estejam fora da carreira da própria universidade; incorrem assim os nossos autores numa concepção de premiação de mérito limitada pelo princípio da família académica¹⁶.

Por outro lado, se desvalorizam o princípio do mérito enquanto factor de selecção pública, logo o valorizam enquanto critério de hierarquização interna. Veja-se o modo como Feijó e Tamen equacionam a gestão dos docentes: «As universidades encaram de modo geral com desconfiança a ideia de distinguir os seus alunos segundo o mérito académico. Veremos mais adiante que esta

¹⁶ Argumentam os autores que a obrigação dos concursos para associado e catedráticos serem públicos leva ao risco de «um departamento se ver obrigado a aceitar mais um especialista no cultivo de milho híbrido quando apenas queria promover um professor de teoria da alfarroba» (p.82). É um argumento rebatível facilmente. Como se sabe, quem abre o concurso tem a possibilidade de definir a área científica do mesmo e de definir especialidades de preferência. Diga-se, também, que o facto de os membros dos júris terem que ser maioritariamente externos à instituição que contrata está longe de ser um impedimento necessário à prevalência da vontade de escolha dos membros internos, uma vez que estes têm directa ou indirectamente peso na designação dos próprios membros externos.

tendência também afecta o modo como lidam com os seus professores» (p.54). Deixando agora de lado que a universidade que classifica os seus alunos de O a 20, que hierarquiza os doutoramentos com vários graus de distinção, que estratifica a carreira docente e de investigador em três níveis, dificilmente pode ser acusada de desconfiar do princípio do mérito, sublinhe-se como, aos olhos de Feijó e Tamen, a motivação dos docentes e investigadores é tida como efeito de um interesse individual e não de uma sua paixão pela própria actividade académica. «Porque na universidade portuguesa não há incentivos para quem faz mais do que deve, cria-se cultura de fazer mínimos» (p.84), declaram Feijó e Tamen, numa passagem que deixa ver dois grandes males - entre si relacionados - que têm vindo a ser provocados pela cultura de avaliação permanente adoptada pelas universidades: obrigar docentes e investigadores a trabalharem mais do que é devido trabalharem e, ao mesmo tempo, transformar o trabalho académico em matéria de conta, peso e medida, isto é, submetê-lo à ordem da quantidade, mais do que da qualidade.